

**FEDERAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE CICLISMO**

Processo n.º14/17\_UVP-FPC

## **ACÓRDÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC**

### **A. Identificação e Instrução**

Por determinação da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) o Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 26.10.2017, contra o ciclista seu filiado xxxxxxx, portador da licença n.º xxxxx tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática da infração prevista na alínea f) do n.º2 do art. 3.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto (Lei Antidopagem no Desporto) consubstanciada no incumprimento da obrigação de envio, por três vezes no espaço de 12 meses consecutivos, sem justificação válida, dos formulários de localização a que se refere o artigo 7.º do mesmo diploma.

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

Estão presentes os dois vogais do Conselho de Disciplina – estando ausente o Presidente – pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos para validamente deliberar e decidir o processo disciplinar.

### **B. Parecer Prévio do CNAD**

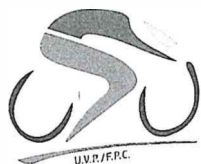
No termo da instrução foi elaborado relatório final pelo Instrutor, que em 26.02.2018 foi analisado pelo Conselho e subscrito na totalidade – quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando a fazer parte desta decisão.

Sucede porém que a sanção proposta no dito Relatório Final, com a qual se concordou (e concorda), é de 1 (um) ano de suspensão, pelo que, apenas pode ser validamente deliberada se precedida de parecer prévio favorável do CNAD (ao abrigo do artigo 67.º n.º1 da mesma Lei).

Nestes termos, o Conselho de Disciplina da UVP-FPC pediu o referido parecer prévio ao CNAD, tendo agora chegado a resposta (através do ofício Ref. 88/GJ/2018/MB, que deu entrada na FPC a 25.07.2018), que é concordante.

Com especial relevância para o caso, conclui o sobredito parecer que “Não se tendo apurado factos nesse sentido, foi afastado o dolo desta sua censurável conduta. Impondo-se concluir pela negligência, atentos todos os alertas

1



teoricamente existentes e que, na prática, foram accionados, concluímos estar perante um caso de negligência consciente. Trata-se de uma infração que reputamos de grave, por inviabilizar a concretização de controlos de dopagem fora de competição, ferramenta essencial à prossecução dos superiores fins desta Autoridade. Nestes termos, tudo visto e ponderado, e devidamente analisada a prova carreada para os autos, entendemos que o presente caso se subsume ao disposto no Art.º 63º n.º 2 al. b) da Lei 38/2012 de 28 de Agosto, na sua versão actualizada, sendo de aplicar ao praticante desportivo xxxxxxxxxxxxxxxxx, em função do ilícito disciplinar controverso, uma pena efectiva de 1 (um) ano de suspensão de toda a actividade desportiva, por justa e adequada." (sublinhados nossos).

### **C. Decisão**

Estando assim verificados todos os pressupostos legais e regulamentares de que depende a aplicação da pena, o Conselho de Disciplina da UVP-FPC decide, por unanimidade, condenar o arguido nas seguintes sanções (cumulativas):

- i. **Pena de suspensão da actividade desportiva pelo período de 1 (um) ano** – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 63.º n.º 2 alínea b) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação atual; e,
- ii. **Invalidação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado a partir do dia 01.07.2017** – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação atual; e,
- iii. **Sanção de multa no valor de €500 (quinhentos euros)** – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Regulamento Antidopagem da FPC).

Notifique-se ao arguido, juntando-se em anexo cópia do Parecer Prévio do CNAD e do Relatório Final de Instrução. E notifique-se igualmente à ADoP.

Lisboa, 27 de Julho de 2018  
P'los Membros do Conselho de Disciplina,

### **Recurso desta Decisão**

As decisões do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Ciclismo relativas a matérias de dopagem são passíveis de recurso, nos termos da lei e dos regulamentos, para o Tribunal Arbitral do Desporto (em conformidade com o disposto no artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto). O recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto deve ser interposto no prazo de 10 dias, contados da notificação desta decisão (artigo 54.º, n.º 2, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto).